

Raça, gênero e processos de subjetivação nas redes sociais: da abjeção à afirmação das existências marginalizadas nos dispositivos de visibilidade e vigilância

Race, gender and subjectivation processes in social networks: from abjection to the affirmation of marginalized existences in visibility and surveillance devices

Monalisa Pontes Xavier^[*]
monalisapx@yahoo.com.br

Geovane Pereira da Silva^[**]
gpsgeovane@outlook.com

Diego Stéfano Araújo Souza^[*]
diegoyyz@outlook.com

RESUMO

A perspectiva dos estudos interseccionais tem produzido importantes tensionamentos nas ciências humanas, sociais e áreas da saúde ao considerar os atravessamentos das estruturas de opressão. Tais estruturas permeiam os processos de subjetivação, produzindo modos de ser e lugares passíveis de trânsito e de ocupação na sociedade. Nesse cenário, o presente trabalho discute os processos de subjetivação forjados nos dispositivos de visibilidade e vigilância a partir de afirmações de (r)existências de pessoas pretas transgênero. Este artigo busca compreender as ressonâncias das práticas sociais contemporâneas nos modos de subjetivação. Para tal, em consonância com a orientação cartográfica, procuramos desenvolver práticas de acompanhamento

ABSTRACT

The perspective of intersectional studies has produced important tensions in the human, social and health sciences when considering the crossings of the structures of oppression. Such structures of oppression cross the processes of subjectivation, producing ways of being and places that can be transited and occupied in society. In this scenario, the present work discusses the processes of subjectivation forged in the visibility and surveillance devices from statements of (r)existences of black transgender people. This work seeks to understand the resonances of contemporary social practices in the modes of subjectivation. To this end, in line with the cartographic orientation, we seek to develop practices for monitoring processes by, initially,

^[*] Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba (PI).

^[**] Universidade Federal do Piauí (UFPI). Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina (PI).

de processos ao, inicialmente, discutir modos de subjetivação produzidos a partir das narrativas cartografadas, bem como problematizar as transversalidades entre as práticas sociais e os modos de subjetivação. Identificamos cenários emergentes onde são forjadas construções discursivas sobre gênero, sexualidade e corpos trans a partir das especificidades estudadas nos cenários identificados e, por fim, discutir as implicações dessas construções discursivas nos modos de subjetivação. Os tensionamentos afirmados nas redes sociais, como também os lugares reivindicados por pessoas pretas e trans nesses dispositivos de visibilidade, sugerem a abertura de possibilidades para o reconhecimento dessas pessoas como *influencers*, pessoas de referência, saberes peritos e vozes de verdade capazes de produzir realocamentos dos corpos pela subversão de lugar de abjeção e ocupação de espaços nas redes que findam por reverberar também nas práticas sociais fora delas, a exemplo da crescente ocupação de representatividade política, e, principalmente, nos processos de subjetivação constituídos nas interseccionalidades de gênero, raça e afins.

Palavras-chave: raça; gênero; interseccionalidade; redes sociais; produção de subjetividades.

Introdução

Esta pesquisa é orientada por um amplo diálogo teórico com referências sobre os temas que são trazidos. De forma central, abordamos os dispositivos de visibilidade/vigilância como cenários para os quais se deslocam práticas sociais que são agenciadas pelos dispositivos midiáticos. Aqui, adota-se a compreensão de que os dispositivos midiáticos são matrizes de transformação que produzem deslocamentos nas diversas práticas e cenários sociais. Como exemplo destes deslocamentos são as instâncias de produção discursiva sobre questões outrora invisibilizadas, como referentes a raça, gênero e sexualidade.

O presente artigo é resultado de parte das pesquisas desenvolvidas desde 2018 se desdobrando em pesquisas nos anos seguintes. Inicialmente, a pesquisa desenvolveu um plano de trabalho que visou identificar cenários emergentes onde são forjadas construções discursivas, que atuam como vetores de subjetivação, dentre os quais estão situados os discursos em ampla circulação e produção nos dispositivos midiáticos contemporâneos sobre gênero e (trans)sexualidade.

Entendemos os modos de subjetivação como um conceito que diz sobre os produtos de entrecruzamentos de instâncias sociais, linguísticas, técnicas, institucionais e individuais, ou seja, produzidos em determinada época e seus acontecimentos, em consonân-

discussing modes of subjectivation produced from the mapped narratives; to problematize the transversalities between social practices and modes of subjectivation. During the research, we identified emerging scenarios where discursive constructions about gender, sexuality and trans bodies are forged, based on the specificities studied in the identified scenarios and, finally, we discuss the implications of these discursive constructions in the modes of subjectivation. The tensions stated in social networks, as well as the places claimed by black and trans people in these visibility devices, suggest the opening of possibilities for the recognition of these people as influencers, reference people, expert knowledge and voices of truth capable of producing reallocations of people. bodies by the subversion of place of abjection and occupation of spaces in networks that end up also reverberating in social practices outside them, such as the growing occupation of political representation, and, mainly, in the processes of subjectivation constituted in the intersectionalities of gender, race and the like.

Keywords: race; gender; intersectionality; social media; production of subjectivities.

cia com autores como Guattari e Rolnik (1986).

Segundo Fernanda Bruno (2013), na sociedade contemporânea a subjetividade adquire uma funcionalidade que se caracteriza como sendo um espaço reservado em relação ao olhar que se redefine como integral, olhar panóptico, que deve vigiar o sujeito em sua totalidade e discipliná-lo pela suposição da vigilância. É nesta sociedade que emerge também a demanda por um lugar para se resguardar da vigilância - inicialmente panóptica -, e a subjetividade passa a figurar como esse lugar do íntimo, que representa o que há de secreto no pensamento, nos desejos e nas ambições de cada um. Ainda segundo Bruno (2013), pensando a partir de Foucault (2017b), a vigilância na sociedade moderna e seu desenvolvimento na sociedade em midiática coloca o debate sobre a disciplina na dimensão da produção de subjetividade.

É com este diálogo conceitual que se percebe um deslocamento típico, no contemporâneo, um deslocamento da subjetividade como lugar da interioridade para um reposicionamento da mesma na oferta para o olhar. Bruno (2013) nos aponta um deslocamento do olhar que vai de uma sociedade disciplinar de M. Foucault, passando pelo modelo de sociedade de controle de G. Deleuze, ao modelo de vigilância pós-panóptica de Z. Bauman.

Este percurso teórico incide sobre o presente estudo apontando para a vigilância descentralizada em determinadas figuras de poder e capilarizada, caracterizando-se pela forma disseminada que faz com que os sujeitos se ofereçam

livremente à uma vigilância filmada, fotografada e vigiada. A sociedade contemporânea passa por constantes exames críticos que reconhecem distintas realidades onde sistemas de poder e opressão vão atuar sobre os corpos.

Por sua vez, a interseccionalidade enquanto conceito epistemológico surge da reflexão acerca de realidades sociais distintas que atravessam, constituem e afetam a vida de mulheres negras. A pensadora negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) apresentou esse conceito de maneira sistemática como um modelo de identificação de subordinações sociais advindas das discriminações de raça e gênero para o tratamento de direitos humanos. Isto é, a partir de casos nos quais os aspectos e consequências de raça e gênero não são amplamente apreendidos nos discursos e instituições dos direitos humanos.

A partir disso e em consonância com outras autoras, podemos entender a interseccionalidade como um caminho para trabalhar a (re)configuração de discursos e práticas sociais nas redes sociais digitais que atravessam e constituem lugares de existências de grupos marginalizados e abjetificados, a exemplo de pessoas pretas transexuais.

Desse modo, encontramos nos discursos sobre corpo, gênero e sexualidade atravessamentos nos modos de subjetivação, como já afirmava Foucault (2017a; 2017b). Fazer-se homem, fazer-se mulher implica nos sujeitos a construção permanente de suas posições sexuais e identidades de gênero, uma vez que, como defende B. Bento (2006, p. 26), não existe uma essência interior das posições sexuadas, “ao contrário, são esses atos, corporais, estéticos e linguísticos, que fazem o gênero”.

A cartografia é adotada neste trabalho como processo teórico-metodológico. Ela tem suas bases na proposta de Deleuze e Guattari (1995) quando os pensadores argumentam que fazer pesquisa é pensar geograficamente, ou seja, romper com um pensamento transcendente que pauta o ato de conhecer em busca por suposta verdade absoluta, guiada por um rigor metodológico. Em contrapartida, os autores discutem o método em uma pesquisa como uma paisagem que muda a cada momento e que, de forma alguma, é estática.

Na virtualidade dos encontros entre coletividades, em emergentes espaços de interação, ensaiamos uma cartografia de territórios existenciais que produzem encontros mediados por dispositivos de comunicação à distância dos quais tratamos de alguns aspectos na nossa revisão bibliográfica, encontros pouco passíveis de definir se ocorrem entre indivíduos, personagens ou avatares. Contudo, cremos que a busca por diferenciar indivíduos de avatares seja pouco produtiva, já que entre um e outro circulam subjeti-

vidades. Nos interessam mais as composições narrativas, os agenciamentos, as coletividades, os quais enxergamos como pistas para compreender modos de subjetivação.

Assim, propomos cartografar discursos construídos em dispositivos midiáticos sobre gênero, sexualidade e corpos trans a fim de compreender suas ressonâncias nos modos de subjetivação. Uma das características desse processo cartográfico e escrita são os diários de afetações compostos no caminhar da pesquisa a partir de registros de linguagem que envolvem o pesquisador e aquilo que pretende compreender.

Nossa cartografia em rede social se deu por meio de experimentações na busca de perfis alcançados pelo descritor “trans” e “preto” que as ferramentas de uso do Instagram oferecem. Desse modo, passamos a acompanhar processos, práticas sociais e discursivas que se forjam nos cenários emergentes por meio dos perfis @transpreta, @hilton_erika, @blogueiratrans e @transboylife nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2021.

Estudos de gênero sob a ótica da interseccionalidade: pautando marcadores de opressão raça e gênero

O campo dos estudos de gênero é vasto. Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) apresentam discussões sobre o gênero e o seu campo de estudo numa perspectiva global. Segundo essas autoras, as pesquisas, reflexões e teorizações da área de gênero envolvem relações sociais e significações sobre os sujeitos - criando e mantendo padrões de gênero: ser homem, mulher e/ou outros -, estruturando a sociedade através dos papéis de gênero e suas dimensões de poder, discursivas, culturais, políticas, econômicas, simbólicas, entre outras esferas da vida social.

Sobre o campo de estudos de gênero, Connell e Pearse (2015) argumentam que existem múltiplo(a)s teórico(a)s e teorias que pensam e produzem sobre o gênero e seus arranjos e, no geral, esse(a)s intelectuais estão “dividido(a)s” no norte global, onde há uma história mais contada sobre a área de estudos de gênero, e o(a)s do sul global, que constroem narrativas importantes, porém são poucas mencionadas ou aderidas no meio acadêmico ocidental, sobretudo nos centros científicos que não observam e/ou reconhecem o processo de (des)colonização como um fator intrínseco e presente na produção acadêmica.

Essas autoras trazem tal divisão geográfica numa perspectiva política, em que os países ditos como de

“primeiro mundo”, situam-se no norte do globo, a exemplo os Estados Unidos da América e países europeus, e ao sul global, países do “Terceiro Mundo”, a exemplo do Brasil e de outros países que foram colonizados. “A maior parte dos teóricos e teóricas de gênero no Sul Global têm trabalhado suas ideias de gênero com a teoria do Norte; a questão é o quão profunda pode essa extravessão” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 149).

Sobre “extravessão”, as autoras referem-se às características e contextos dos conhecimentos produzidos em países pós-coloniais, questões como raça, sistema de dominação, pobreza, nutrição entre outros aspectos que constituem os modos de pensar o gênero.

Sendo assim, neste texto, adotamos o campo de estudos de gênero nos atentando para o contexto sócio-histórico e cultural ao qual pertencemos, o Brasil. Assim, elegemos uma perspectiva de gênero que paute raça e gênero como marcadores dialógicos e indissociáveis, os quais estão inseridos nos processos de subjetivações nos dispositivos midiáticos que norteiam nossa pesquisa.

A filósofa brasileira Sueli Carneiro (2019), ao tratar sobre mulheres negras, racismo e gênero, argumenta que politizar as desigualdades de gênero é um processo de perceber e transformar os sujeitos a partir do reconhecimento da condição de que os mesmos estão inseridos, bem como a atenção aos diversos olhares que desencadeiam as particularidades de cada grupo social. Na discussão sobre raça e gênero no Brasil, Carneiro (2019, p. 199) [grifos do original] aborda que:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válido a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intra-gênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes.

Por entender a necessidade de se pensar a complexidade de raça e gênero como vetores na produção de subjetividades é que vemos na interseccionalidade

um caminho para embasar nosso trabalho. De acordo com Crenshaw (2002, p. 177), “A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”.

A autora ainda discorre sobre essa concepção ponderando que “as mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas interseções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

É necessário salientar que tal conceitualização ganhou forma e publicização por Crenshaw (2002). Contudo, podemos perceber nos escritos de Carla Akotirene (2019) que esse conceito foi proposto e debatido por outras pensadoras negras tais como Patricia Hill Collins, Conceição Evaristo, Lélia González, Audre Lorde, entre outras que, ao longo das últimas décadas, mesmo que não utilizassem o termo interseccionalidade, discorreram sobre as opressões não hierarquizadas sofridas por mulheres negras.

A exemplo, a antropóloga brasileira Lélia González (1984) já identificava na cultura brasileira o sofrimento por racismo e sexismo, percebendo nas instâncias discursivas, memórias sociais e midiáticas manifestações desse fenômeno. Nas palavras da autora: “O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (GONZÁLEZ, 1984, p. 225).

Com isso, a autora põe em pauta que a transformação de realidades de opressão passa necessariamente por um questionamento estrutural, que considere as estruturas de colonização da sociedade que, ao mesmo tempo em que produz lugares possíveis - e impossíveis - de trânsito de determinados sujeitos, produz modos de ser, processos de subjetivação.

Nessa direção, vemos no conceito de interseccionalidade um instrumento analítico para refletir as construções discursivas dos modos de subjetivação e no modo de uso das redes. Para tanto, nos apoiamos no que Akotirene (2019, p. 43) articula sobre teoria interseccional:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais as condições estruturais atravessam corpos, quais posições reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas.

Desse modo, a interseccionalidade nos possibilita um caminho para identificar e analisar atravessamentos das estruturas de opressão como problemáticas sociais contemporâneas e, assim, analisar processos de subjetivação ligados a composição de vulnerabilidades que afetam e violentam diretamente sujeitos marginalizados.

O lugar das redes sociais digitais por reflexão interseccional contemporânea

A mobilidade tecnológica, as dinâmicas de acesso de informação, a popularização da internet, celulares e outras tecnologias a partir da década de 80 são vistas como elementos que transformaram as práticas sociais do cotidiano, principalmente nos modos de produzir e consumir informação, compartilha André Lemos (2005). Para o autor, vivenciamos a era da conexão, na qual ampliam-se as possibilidades e formas de conexão: homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas. Embora Lemos (2005) não trate diretamente sobre redes sociais digitais, o autor pondera que, no contexto de tecnologia da cultura contemporânea, a rede se transforma em um “ambiente” generalizado de conexão.

Ainda dentro dessa cultura tecnológica contemporânea, porém de maneira mais ampla e bebendo de diversas vertentes, Luís Mauro Sá Martino (2015) dialoga sobre linguagens, ambientes e redes sob o campo das mídias digitais. O autor articula pesquisas feitas com redes sociais digitais e que passaram por dinâmicas tanto de percepção da estrutura física como também dos impactos sociais. De acordo com Sá Martino (2015, p. 45),

Agrupamentos sociais construídos a partir de relações interpessoais mediadas por uma tela digital na qual estão informações sobre o grupo, as comunidades virtuais ganham força não por conta da tecnologia, mas pelas intenções, vontades, afetos e conhecimentos compartilhados - interação humana é o ponto de partida e a razão de ser das comunidades virtuais.

Sá Martino (2015) ainda comenta que uma das características das comunidades virtuais (redes sociais digitais) é a eliminação das fronteiras dos espaços entre os seus sujeitos participantes. A limitação dos ambientes físicos para os humanos e as dificuldades de movimentação configuram a constituição de relações a partir de lugares e seus

habitantes. Por sua vez, as relações no espaço virtual possibilitam outras relações de tempo e espaço que não necessitam proximidade em espaços físicos presenciais.

Em um sentido semelhante, Lemos (2005) pontua que as práticas contemporâneas ligadas a tecnologias promovem um processo de territorializações e desterritorializações sucessivas, tanto no sentido de práticas nômades como também em termos de subjetividades, deslocamentos e afinidades.

Nessa direção, não entendemos as redes sociais digitais como algo a parte da vida social. Compactuamos com a ideia de Sá Martino (2015) em defender que as comunidades virtuais não são melhores nem piores do que as que se constituem em espaços físicos, mas que se deve considerar que embora a forma de ligação entre as pessoas seja diferente (do virtual para o físico), os seres humanos transpõem para o virtual seus desejos, vontades e aspirações. Sendo assim:

Redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes. Apesar de relativamente antiga nas ciências humanas, a ideia de rede ganhou mais força quando a tecnologia auxiliou a construção de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais (SÁ MARTINO, 2015, p. 55).

Nessa mesma perspectiva de compreensão voltada para redes sociais, sobretudo na internet, e trazendo questões sobre sites e redes sociais que usam de imagens (*Fotolog, Orkut, Flickr*, entre outros), Raquel Recuero (2009, p. 24) argumenta que “uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.”

Há uma consonância entre Lemos (2005), Recuero (2009) e Sá Martino (2015) em pensar que os estudos na internet e/ou no campo das mídias digitais não se concentram apenas nos aspectos das características tecnológicas, mas sim nos impactos das interações sociais e seus efeitos. Desse modo, entendemos que nossa pesquisa se constrói nesse lugar analítico e de percepção dos processos de subjetivação via dispositivos midiáticos na constituição de visibilidade e vigilância a partir de afirmações de (r)existências de pessoas pretas transgênero.

Nosso território de análises, o *Instagram*, é uma rede social digital que se organiza e funciona em torno da lógica do compartilhamento de imagens (fotos, vídeos, ilustrações, desenhos, entre outras tipologias imagéticas). Essa rede social digital não se distancia do que foi apresentado pelos autores aqui supracitados. Nela, as pessoas seguem umas às outras e interagem a partir de desejos, afinidades, posicionamentos e diversas aproximações em comum.

O Instagram tem um mecanismo de publicar, compartilhar (enviar), curtir (gostar), salvar (guardar publicação) e comentar a imagem que é disseminada nos perfis dos usuários: suas interações acontecem dentro dessa estrutura. Sendo assim, nosso percurso analítico se deu a partir da seleção e análise das publicações realizadas nos perfis @transpreda (Giovana Heliodoro), @hilton_erika (Erika Hilton), @blogueira-trans (Dri Maria) e @transboylife (Stefan Costa).

Temos que, no contemporâneo, as existências se fazem ver por diferentes vias. Os dispositivos de visibilidade/vigilância (BRUNO, 2013), dentre os quais tomamos as redes sociais, funcionam como espaços de expressão, de circulação de vozes, de reivindicação de direitos e, inclusive, de fazer política. Desse modo, vozes e existências marginalizadas nos espaços sociais têm se feito ditas nos dispositivos em questão.

Ciência e discurso: Transexualidade como dispositivo sexual

Nos volumes I e II de sua obra *História da Sexualidade*, Foucault (2017a; 2017b) se debruça sobre o caráter discursivo da sexualidade e como os discursos em torno de tal prática produzem modos de subjetivação. Na perspectiva foucaultiana, “sexualidade” é um dispositivo que opera sobre práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos para intensificar prazeres e formar conhecimento.

Judith Butler (2002), ao trabalhar a perspectiva de discursos sobre a sexualidade em conformidade com o pensamento de Foucault, entende que o corpo é materialidade do gênero, assim, o controle dos corpos tem por finalidade o controle do gênero e da sexualidade. Essas considerações estão expostas no argumento de Butler de que sexo/gênero são classificações que possibilitam o reconhecimento político do sujeito.

Ainda segundo Butler, no percurso de constituição do sujeito, este é envolto em relações de poder que lhe exigem assumir uma “identidade” sexual, de matriz hétero. A

heterossexualidade funciona como norma social. Os corpos que não se condicionam no padrão normativo de sexualidade, ou nos papéis de gênero, têm ameaçado os direitos de gozar do status de sujeito. A norma da heterossexualidade, construída discursivamente e permeada de conceitos e padrões, instala “zonas de exclusão”, habitada pelos corpos abjetos/não humanos (MELLO; SAMPAIO, 2012).

Berenice Bento (2017, p. 49) nos informa que “a noção de abjeção parece em alguns textos de Julia Kristeva e, posteriormente, Judith Butler irá acioná-lo para discutir a noção de inteligibilidade do humano a partir das identidades de gênero.” A palavra “gênero” passa a ser utilizada pelo movimento feminista como uma forma de legitimar os estudos feministas da década de 1980, tornando-se uma maneira de indicar as “construções sociais”, gerando a ideiação dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres.

Em uma perspectiva de estudos feministas, Joan Scott (1995, p. 75) explica que: “o gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Gênero e sexualidade passam a ser considerados sistemas, reconhecidos como “representação ou como autorrepresentação”. Sendo assim resultados do que Foucault (1990) denomina como “tecnologias do eu”, na medida em que funcionam como lugares de controle e vigilância de sujeitos, bem como de invisibilização, marginalização e exclusão como, por exemplo, de pessoas trans.

Foucault, ao nos apresentar o par de conceitos biopoder e biopolítica, aponta-os como operativos para compreender as formas de governo que se instituem a partir da construção de discursos. Segundo Foucault (2017a, p. 150): “as disciplinas do corpo [biopoder] e as regulações da população [biopolítica] constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.”

A partir desses conceitos, podemos pensar sobre um aparato biotecnológico que atravessa a construção do corpo de pessoas trans, quando Foucault (2017a, p. 150) nos diz que: “no corpo espécie, corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade [...] toda uma série de controles reguladores”, podemos compreender que é ao corpo que se dirigem as ações de técnicas disciplinares de exercício do controle, sendo estimulado a relatar a si mesmo para mais bem se governar ou ser governado.

Com o entendimento de biopoder, “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações.” (FOUCAULT, 2017a, p. 151), percebe-se que tipos de vida, tipos de corpos e tipos de sujeitos são lugares onde essas técnicas atuam exercendo um poder sobre a vida, os corpos e os sujeitos. Essa com-

preensão é de fundamental importância para pensarmos neste estudo sobre a condição da transexualidade.

O poder disciplinar, com a Medicina, a Psicologia, a Religião, a Filosofia, a Sociologia, nos traz uma diversidade de discursos em relação ao corpo, cujo conhecimento implementa estratégias de representações de poder/saber. A produção desses discursos aponta para o corpo que recorre ao binômio mente/corpo da tradição ocidental, concebendo o corpo como um atributo do sujeito e lócus de diferenciação dos sexos, como um recipiente da sua subjetividade, do seu ser, do seu eu (TORRAS, 2007).

Os discursos científicos sobre as diferenças biológicas, entre homens e mulheres, construídos nos séculos XVIII e XIX, foram antecededidos da rediscussão do novo estatuto social da mulher e do homem. Por volta da segunda metade do século XVIII, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres mediante o uso do discurso científico (BENTO, 2006, p. 25).

Neste texto, adotamos a compreensão de transexualidade como faz Bento (2006; 2008): entendendo os sujeitos como ordenadores dos modos de se compreender e se representar no mundo, ou seja, nos orientamos pelo ato de identificação, identidade de gênero. Nessa lógica, o processo de tornar-se sujeito está relacionado às práticas coletivas em sociedade que constituem discursos e maneiras de pensar o gênero.

Para tal, asseveramos que os tensionamentos da normativa heterossexual, conseqüentemente cisgênero, vigente, impõe mecanismos de deslegitimação aos status de sexo, sexualidades e corpos que não atendam às diferenças biológicas entre homens e mulheres, como no caso de sujeitos trans e pretos.

O percurso cartográfico: descrever processos, construir análises

Escolhemos o método da Cartografia como norte orientador dos procedimentos metodológicos e de análise.

A orientação do método cartográfico foi sistematizada por Deleuze e Guattari (1995). Os autores propõem um deslocamento do pensar a produção de conhecimento de maneira histórica e cartesiana para uma visão geográfica de territórios, em que não só espaços físicos, como psi e sociais são possíveis de serem apreendidos.

Nessa lógica, assume-se que o conhecimento não é dado, mas sim construído, como por exemplo, um cartógrafo quando vai à campo construir mapas. Assim, a orientação cartográfica não vem como modelo metodológico pré-montado ou fixo (PASSOS & BARROS, 2009), e sim construído na medida em que se adentra e se habita um território. E esse processo conduz a pistas e orientações as quais direcionam a construção e reflexão sobre o mesmo. Neste método, não existe pretensão de verdades absolutas, mas a compreensão das singularidades e margens para multiplicidades dos territórios e conhecimentos que os mesmos produzem (DELEUZE e GUATTARI, 1995; PASSOS e BARROS, 2009).

Por meio do mecanismo de busca por palavras e *hashtags*^[1] da rede social *Instagram*, buscando o descritor da palavra ‘trans’, encontramos perfis com grande número de seguidores e vasto volume de publicações, sob os quais se pode lançar as observações iniciais desses espaços e as construções de discursos. Também elencamos perfis já conhecidos pelos nossos estudos no núcleo de pesquisas por razões que merecem atenção da nossa parte sobre o desenvolvimento dos processos conhecidos e em transformação.

Identificamos esses dispositivos, inicialmente, a partir das observações por meio do *Instagram* durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2021. O *Instagram* é uma rede social de fácil interação e, mundialmente, conta com mais de um bilhão de usuários. Essa plataforma possibilita o uso de recursos de vídeo e imagens que podem vir acompanhadas de textos escritos.

Foi por meio das observações no *Instagram* de perfis de pessoas transexuais que conhecemos outras redes que se relacionam na forma de complementariedade das mídias. Assim, encontramos como o *Instagram* funciona de forma centralizada e apenas indica outras redes que comportam outras mídias. Por exemplo, *postagens* no *Instagram*, devido às limitações próprias da plataforma, podem indicar *links* para sites como *Youtube*, onde é possível criar um canal com uma série de vídeos que podem ter mais de uma hora de duração, bem como *links* para plataforma como sites

[1] O uso de *hashtags* “#” se fez presente na pesquisa, pois funcionam como palavras-chaves que nos levam a determinado assunto. Apesar de ser uma ferramenta muito utilizada no Twitter, é também recorrente no *Instagram* e no *Facebook*.

e blogs pessoais que apresentam a capacidade de postagem de longos textos ou arquivos para *download*.

Durante a pesquisa, desenvolvemos práticas de acompanhamento de processos ao, inicialmente, identificar cenários emergentes onde são forjadas construções discursivas sobre gênero, sexualidade e corpos trans. No segundo momento, buscamos compreender as especificidades das construções discursivas estudadas nos cenários identificados e, por fim, discutir as implicações dessas construções discursivas nos modos de subjetivação.

Esse processo de produção, análise e interpretação acontece com a revisão bibliográfica cujo início antecedeu a cartografia do material a ser analisado. A revisão bibliográfica inclui autores como Bruno, Foucault, Crenshaw, Butler, Scott, Bento, Xavier, entre outros que contribuíram para o desenvolvimento teórico-reflexivo da questão proposta. Os dados produzidos foram continuamente registrados em diários de pesquisa que serviram de base para construção do presente texto.

Observação de perfis: subjetividades trans racializadas

Por meio do buscador do *Instagram*, onde inserimos termos “trans” e “preta”, encontramos um perfil de criadora de conteúdo com nome @transpreta. Quando buscamos pela *hashtag* #trans, não encontramos referências de mulheres ou homens transexuais negros. Ocorre que as *hashtags* concentram uma massa de postagens atualizadas a todo instante e que estão ligadas a diversos temas que podem ou não dizer respeito à transexualidade.

O perfil @transpreta (Giovana Heliodoro) é verificado pelo *Instagram* e conta com quase 450 publicações e mais de 125 mil seguidores (em 23/09/2021). Na descrição do perfil lê-se: 📖 Historiadora e Comunicadora; 🏠 Colunista do @buzzfeedbrasil; 🎤 Apresentadora do Canal Trans Preta; ✉️ contato@mapbrasil.ag; 📧 atranspreta@gmail.com; youtube.com/transpreta. Este tipo de descrição é comum entre produtores de conteúdo, sinalizando para um perfil profissional, organizado e com links para complementariedade das mídias.

A artista, como descreve em seu perfil, oferece aos seus seguidores diversos conteúdos: notas explicativas de conceitos comuns ao ativismo de gênero, fotos do cotidiano, encontros com digital influencers e a participação em campanhas publicitárias (publicações por encomenda de empresas que exploram nichos de consumo ligados ao perfil). A posição política que @transpreta ocupa na rede social é de marcar presença como mulher trans e negra em debates, espaços

no entretenimento de humor, bem como em palestras que estejam interessadas no ativismo ligado a Giovana.

Ao lado do botão “seguir”, vê-se uma seta que indica sugestões. A própria rede social se encarrega de fazer cálculos e medições que combinam informações do perfil visitado com o visitante para indicar outras pessoas. Foi assim que chegamos ao perfil de @hilton_erika (Erika Hilton), vereadora pelo Psol da cidade de São Paulo, que conta com mais de 1600 publicações e pelo menos 281 mil seguidores (em 23/09/2021).

A política de São Paulo tem se tornado uma referência em alguns debates da causa LGBTQIA+. Desde que assumiu o cargo na câmara municipal, seu perfil é verificado pelo *Instagram* e se descreve da seguinte maneira: Mulher negra, trans, militante. Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de SP. Vereadora + votada do Brasil em 2020. #VidasNegrasImportam, twitter.com/erikakhilton. Com um perfil um pouco mais profissional e menos ligado às marcas comuns de *digital influencers* e produtores de conteúdo, Erika distribui a militância que acredita em diversos assuntos direcionados a grupos racializados e marginalizados.

O perfil de Erika, assim como outros, tem cada vez menos explorado assuntos relativos aos processos de transição sexual e de gênero que comumente são compartilhados por perfis dedicados a descrever diariamente a experiência pessoal da transexualidade. Perfis de pessoas pretas e transexuais que encontramos se dedicam a explorar temas políticos de urgência para manutenção da sobrevivência de pessoas trans, pretas e em situação de vulnerabilidade. Essa posição pode ser compreendida como uma postura política marcada pela compreensão a partir da experiência de sofrimento produzido interseccionalmente pela sociedade, quando os marcadores de raça, classe e gênero são capazes de colocar um único sujeito sob condições sobrepostas de opressão.

Por meio de Erika, chegamos ao perfil de @blogueiratrans (Dri Maria) que se descreve assim: Criador(a) de conteúdo digital 🌟💜❤️ | carioca 🇧🇷, ela/dela, bobagens e militâncias, com amor, eu ;) jobs&parcerias: 📧 blogueiratrans@dagazinfluencer.com. Contando com 13 publicações e 41 mil seguidores (em 23/09/2021), as postagens de Dri Maria estão mais envolvidas com a beleza.

É possível notar maior engajamento com a pauta da construção de um perfil que disputa atenção tanto de mulheres cis como trans quando o assunto é cabelos, pele e unhas. As publicações do perfil que se dedicam ao ativismo são relativas ao modo como tratam pessoas trans em espaços de consumo ou nas relações de trabalho.

Com o perfil de @blogueiratrans, chega-se ao perfil de @transboylife (Stefan Costa), homem negro transexual que se define como um criador de conteúdo digital e aponta na descrição do seu perfil os seguintes marcadores: 🗑️Dele/Dele, 📍Duque de Caxias - RJ, 🗳️Empoderamento Trans Negro, 🇺🇸Embaixador do @ceres.trans e @z1.app. Em 24/09/2021, contava com 165 publicações, 26 mil seguidores e assim como @blogueiratrans não é um perfil verificado^[2].

Com estes perfis, adotados a partir de alguns critérios como o número de seguidores que apontam seu alcance, podemos acompanhar processos e descrevê-los dentro da dinâmica de seus acontecimentos, atualizações e mudanças comuns à pesquisa de orientação cartográfica, produzindo os tensionamentos necessários para pensar o tema por meio do arcabouço teórico disponível.

Uma vez que o território é que apresenta suas questões analisadas e guiadas pelo objetivo principal de nosso estudo, nossas análises levam em consideração que cada perfil representa um universo específico que apresenta suas singularidades que extrapolam qualquer esforço no sentido de alcançar uma padronização das análises.

“Cafetinagem” e os modos de existência que pedem passagem no capitalismo de vigilância

Os tensionamentos afirmados nas redes sociais, bem como os lugares reivindicados por pessoas pretas e trans nesses dispositivos de visibilidade abrem possibilidades para o reconhecimento dessas pessoas como influencers, pessoas de referência, saberes peritos e vozes de verdade capazes de produzir realocamentos dos corpos pela subversão de lugar de abjeção e ocupação de espaços nas redes. Estes findam por reverberar também nas práticas sociais que se passam fora das redes, a exemplo da crescente ocupação de representatividade política, e, principalmente, nos processos de subjetivação constituídos nas interseccionalidades gênero, raça e afins.

Temos que, no contemporâneo, as existências se fazem ver por diferentes vias. Os dispositivos de

visibilidade/vigilância (BRUNO, 2013), dentre os quais tomamos as redes sociais, funcionam como espaços de expressão, de circulação de vozes, de reivindicação de direitos e, inclusive, de fazer política. Desse modo, vozes e existências marginalizadas nos espaços sociais têm se feito ditas nos dispositivos em questão.

Durante esta pesquisa, estivemos imersos em práticas que estão envoltas pelos conceitos de “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2021), uma ação de dispositivos para aquisição de dados por mecanismos de vigilância monetizados que podem ser percebidos a partir de uma lógica de acumulação de “seguidores” e uma relação de trocas estabelecidas na interação e no agenciamento.

O capitalismo de vigilância foi consolidado pela *Google* e adotado posteriormente pelo *Facebook* e outras empresas de aplicativos e programas. Suas características envolvem o “uso de mecanismos ilegítimos de extração, mercantilização e controle de comportamento para produzir novos mercados” (CARIBÉ, 2018 p. 6). É assim que, às vezes, a transexualidade chega a nós, como um mercado, fazendo pensar que, para ser aceito, é preciso se articular com modos capitalísticos de existir.

A extração de dados possibilita a construção de perfis de consumo cada vez mais precisos, com o objetivo de oferecer conteúdo e publicidade dirigida. Temos nas palavras de Caribé (2018) que as aplicações de redes sociais como o *Facebook* constroem perfis extremamente precisos dos indivíduos, além do perfil psicométrico, seus interesses, particularidades, relacionamentos, renda familiar, padrão de consumo, biometria facial, e até seu estado emocional.

Esses perfis são colhidos de maneira que não interfira na dinâmica de uso dos dispositivos, sem conhecimento direto de usuários, mas com o consentimento dos mesmos quando assinam confirmação do uso de seus dados nos longos contratos que aparecem sob a tela ao iniciar o uso de dispositivos e serviços. Assim, há um mapeamento de padrões de consumo que criam demandas e inventam desejos a partir do que podemos chamar de prescrições de comportamento ativadas nas construções de identidades e orientação sexual. É este o modo como funcionam perfis como @blogueiratrans, que com o compartilhamento de vivências da experiên-

[2] Perfil verificado é uma definição que diz respeito ao selo de autenticidade que algumas figuras públicas recebem do próprio *Instagram* após uma solicitação. Mais do que uma informação sobre autenticidade, para evitar clonagem do perfil, o selo azul ao lado do nome do usuário é uma marca que informa aos seguidores a relevância do perfil. Qualquer usuário pode solicitar a verificação do perfil, porém os critérios para o reconhecimento não são esclarecidos pelos engenheiros da rede social, o que desperta em alguns perfis críticas ou acusações de que a verificação se dá, em maioria, para pessoas brancas cisheterossexuais, ocasionando disputas. Ver: <https://oglobo.globo.com/celina/influenciadores-negros-denunciam-ataques-de-hackers-contra-suas-contas-no-instagram-24509362>.

cia transsexual produz imagens relativas ao sentimento de pertencimento e orgulho trans e negras.

Neste sentido, é comum que alguns perfis tenham espaços ocupados tanto por pautas do ativismo como de peças publicitárias. Esse tipo de exploração a partir da potência criativa é o que Rolnik (2018, p. 32-33) vai chamar de “cafetinagem”, ao destacar os recentes debates em torno dos rumos do regime colonial-capitalístico.

A autora destaca que o abuso da vida é a base da economia capitalista, na medida em que as transfigurações do regime ao longo de séculos trouxeram uma versão em que é da própria vida que o capital se apropria. Ou seja, é a própria pulsão do ato de criar, seja ele individual ou coletivo, que forjam formas de existência, funções, representações e práticas em que o capital se constitui como força motriz desses processos.

Nossas observações apontaram que a subjetividade não é mais um espaço de escape, é catalogada por via desses dispositivos monetizados. As informações acerca da personalidade, gosto musical, temperamento, lugares frequentados, orientação sexual, etc., são extraídos e revertidos em perfis, postos à disposição de marcas, empresas e prestadores de serviços que os utilizam em benefício próprio na exploração de nichos de consumo, por um lado, e na possibilidade de disputa por oportunidades de estampar campanhas publicitárias e, assim, produzir novos sentidos sobre corpos abjetificados.

Desse modo, compõe a paisagem da dinâmica midiática com suas informações, desde as mais banais. Dessa maneira, como afirma Edson Teles (2018, p. 443), tem-se a leitura direta, “sem mediadores, dos desejos e interesses dos indivíduos, verificando o saber do singular e padronizando sua conduta por meio das funções algorítmicas”.

Com a ampla propagação do uso dos computadores, da internet, o foco da vigilância também se desloca. A vigilância está para além do sujeito, se centra principalmente nos dados produzidos. Esses dados, controlados pela lógica dos algoritmos, vigiam a subjetividade por campos da vida como o político, a sexualidade e a saúde mental. A vigilância se dá não só por meio de câmeras, mas está em toda parte, inclusive “dentro” do computador, dos dispositivos móveis.

O sujeito vigia a si e vigia aos outros, mas o que interessa nessa lógica de vigilância é o controle dos indivíduos, na medida em que a vigilância vai operar sob a forma de predição de comportamentos, tendências e padronizações de perfis que buscam fórmulas mais eficientes para captação de novos seguidores, bem como, no maior alcance de suas mensagens. É esse tipo de controle, o controle da criati-

vidade, que nos ajuda a pensar quão semelhantes são os modos como se descrevem os perfis acima citados.

Desde o início desta pesquisa, a atitude assumida modificou nossa relação com os dispositivos midiáticos e as redes sociais. Cartografar discursos em cenários emergentes nos exigiu ampliar nossa relação com estes espaços, o que significou criar perfis em outras redes sociais e produzir encontros. Essa criação de perfis nos fez entrar em contato com outras dinâmicas de uso dos dispositivos, além de impelir acionar uma perspectiva de observados, usuário-pesquisador nesses dispositivos.

Ao passo que certa vigilância era empregada pela pesquisa sobre perfis e seus discursos, também sobre nós recaía certa vigilância exercida não somente pelos mecanismos de produção de dados, mas também pelas práticas sociais. O encontro de perfis trans não foi feito isoladamente, pessoas próximas também emergiram nesse cenário, produzindo convites e forte apelo a modos de interação que com o tempo criam montanhas de dados e novos verbos.

Curtir, compartilhar, *retweet*, tornar-se amigo, inscrever-se, perfis e avatares comunicam-se rumo ao acúmulo e entrecruzamento de conexões na produção de novas personalidades públicas, formadores de opinião, *influencers* que constroem uma aparência em cada perfil sobre o que se aparenta ser, pensar, comer, preferir.

A composição da aparência de cada perfil obedece a uma lógica de capacidade no relacionamento com outros perfis. Seja no *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* ou *Youtube*, há sempre ali próximo a foto, que lembra a apresentação de documentos, um número que permite uma leitura que identifica algo naquela pessoa - selo de verificação do perfil, número de seguidores, quem o perfil segue e a quantidade de publicações - serve bem como marca da presença constante do perfil na rede ou sobre como gerenciar aquele espaço que pode ser pensado pelo olhar publicitário, a partir do “aluguel” de espaços ou dos chamados “*publipost*”, publicações com *merchandising* direcionadas ao público específico que segue aquele perfil.

A vinculação de perfis ativistas da causa trans com marcas é visto como uma conquista. Além do reconhecimento da importância das pautas do ativismo, funciona como um modelo de negócios que impulsiona novos perfis e garante a marcas a vinculação em defesa de pautas sociais que estão em ampla circulação. É o que observamos nos perfis de @blogueiratrans e de @transboylife, em que, respectivamente, vemos publicações que comentam sobre o uso de marcas sobre produtos para cabelo e pele, o que nos remete ao extenso trabalho de construção estética pelo qual passam pessoas trans.

Neste estudo, refletimos sobre algumas práticas e sua relação com os dispositivos, além da abertura para outros trabalhos a partir de uma diversidade de aspectos sobre as discursividades que se forjam em torno dos desdobramentos que as noções de gênero e sexualidade têm tido nos processos de subjetivação. Compreendemos que os dispositivos de vigilância/visibilidade possibilitam uma dinâmica de conversação sobre temas silenciados, abjetificados, que sofrem com a repressão social, mais especificamente a questão da trans.

Considerações finais

Nos cenários emergentes aqui observados, percebemos construções discursivas sobre gênero e corpos trans, destacando os deslocamentos de discursos e saberes que tendem, por meio de práticas nos espaços tentativos, a modificarem noções aparentemente cristalizadas como destacamos sobre as identidades, posições sexuais e os pares intimidade/exterioridade e natural/artificial.

É importante sinalizar que nossa pesquisa está em curso. Assim, atentando-nos ao recorte desse texto, observamos através de práticas sociais contemporâneas no *Instagram* modos de subjetivação que realizam um duplo movimento de (re)existências ligado ao conceito de “cafetinagem” como produção de ressonâncias de sujeitos trans em posição de poder no *Instagram*.

Para tanto, atua-se a potência de criação de discursos que vão de encontro a normativa cisgênera e heterossexual, criando representações sobre os universos masculino, feminino e racial a partir das individualizações dos sujeitos, como no perfil de @hilton_erika (Erika Hilton), o qual articula conteúdo sobre sua agenda e projetos políticos que abordam e visibilizam os corpos trans e pretos marginalizados. Também o perfil de @transboylife (Stefan Costa), ao apresentar questões sobre cuidados com a saúde transmasculina, estética e cuidados com cabelos crespos, evidencia realidades e naturalizam corporalidades trans e pretas.

Nesses perfis, e nos outros analisados neste texto, observamos que os marcadores raça, gênero, classe e sexualidade estão presentes nas práticas dos perfis cartografados, e esses estão indissociáveis. Observamos também que os dispositivos mediatizados ao mesmo tempo que criam mecanismos de vigilância desses sujeitos, operam como canais de interação entre os mesmos, como em nosso material cartografado um perfil levou a outro, uma espécie de rede de conexões e trocas, bem como proporciona modos de ver pessoas trans em posição de protagonismo e participação desses sujeitos em qualquer esfera/prática da vida social.

Referências

- AKOTIRENE, C. 2019. *Interseccionalidade*. 2ª reimpressão, São Paulo: Polén Livros.
- BENTO, B. 2006. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTO, B. 2008. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense.
- BENTO, B. 2017. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- BRUNO, F. 2013. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- BUTLER, J. 2019. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições.
- CARIBÉ, J. C. R. 2018. Vigilância cega, o que as pegadas digitais podem revelar sobre o indivíduo. In: Simpósio Internacional Network Science, 2, Rio de Janeiro, 2018.
- CARNEIRO, S. 2019. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Polén Livros.
- CIRINO, O. 2007. O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. *Revista Mental*, v. 8: p. 77-89.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. 2015. *Gênero uma perspectiva global*. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: nVersos.
- CRENSHAW, K. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1: p. 171-188.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1995. *Mil Platôs*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras.
- FOUCAULT, M. 1997. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: 2017a. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade II: 2017b. *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- GONZÁLEZ, L. 1984. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, 4, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244. Disponível em: <https://corta.link/28Lwj>. Acesso em: 07 jun 2019.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. 1986. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LEMOS, A. 2005. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://corta.link/msexC>. Acesso em 21 set 2021.
- MELLO, R. P.; SAMPAIO, J. V. 2012. Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico. *Rev. NUFEN*, São Paulo, v. 4, n. 1: p. 4-19,. Disponível em: <https://corta.link/F65Ih>. Acesso em: 20 set 2021.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. 2009. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: E. PASSOS; V. KASTRUP; L. da ESCÓSSIA (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. p. 17-31.
- RECUERO, R. 2009. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.
- ROLNIK, S. 2007. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- ROLNIK, S. 2019. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições.
- SÁ MARTINO, L. M. 2015. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. 2ª e.d., 1ª reimp. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.
- SCOTT, J. W. 2005. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. p. 71-99.
- TELES, E. 2018. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 59, n. 140: p. 429-448.
- TORRAS, M. (Org.). 2007. *Cuerpo e indentidad: Estudios de género y sexualidad I*. Barcelona: Edicions UAB.
- ZUBOFF, S. 2021. *A era do Capitalismo de Vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.